

Aula 03

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

08 de Junho de 2025

Índice

1) Simulado - Princípios Fundamentais - ME	3
2) Simulado - Poder Constituinte - ME	18



SIMULADO

Simulado.....	1
Introdução	1
Questões Inéditas.....	1
Gabarito.....	4
Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	15

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil.

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1. Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil utiliza o presidencialismo como forma de governo e seu poder legislativo federal se organiza de forma bicameral.
- b) A temporariedade e a prestação de contas são características da forma republicana de governo.
- c) Em virtude de situação de grave comprometimento da ordem pública, é possível que os entes federados, que não estão envolvidos na situação, utilizem o direito de secessão.
- d) O sistema de governo brasileiro classifica-se como democrático.



e) A forma republicana de Estado é a mais antiga ainda em vigor.

2. A Constituição Federal dispõe sobre os princípios fundamentais logo em seu primeiro título, abordando fundamentos, objetivos, princípios das relações internacionais e outros temas. Assinale a alternativa correta acerca dos fundamentos da República:

a) São fundamentos da República a autonomia, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

b) A cidadania é um dos fundamentos e visa garantir a participação popular nas decisões políticas do Estado, sendo intimamente ligada à democracia.

c) Apenas a União possui soberania na federação brasileira.

d) A dignidade da pessoa humana é um fundamento que aponta como núcleo referencial do Estado brasileiro a propriedade e as corporações.

e) O fundamento que versa sobre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa visa proteger o trabalho exercido, desde que contenha finalidade lucrativa.

3. Tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a independência nacional, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

b) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

c) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil reduzir a pobreza e a marginalização e erradicar as desigualdades sociais e regionais.

d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

e) O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e o poder será exercido pelo povo por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

4. Não constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988:



- a) reduzir a pobreza e a marginalização.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) garantir o desenvolvimento nacional.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

5. Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- b) A Constituição Federal de 1988 estabelece que, nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da soberania e da igualdade entre os Estados.
- c) A autodeterminação dos povos, a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade devem ser princípios observados pelo Brasil nas suas relações internacionais.
- d) A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípios da República Federativa do Brasil, no que tange às relações internacionais, a não-intervenção, a solução pacífica de conflitos e a defesa da paz.
- e) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios do repúdio ao terrorismo e ao racismo e da concessão de asilo político.



GABARITO

1. B	2. B	3. E	4. A	5. B
------	------	------	------	------

QUESTÕES COMENTADAS

1. Acerca dos princípios fundamentais da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) O Brasil utiliza o presidencialismo como forma de governo e seu poder legislativo federal se organiza de forma bicameral.
- b) A temporariedade e a prestação de contas são características da forma republicana de governo.
- c) Em virtude de situação de grave comprometimento da ordem pública, é possível que os entes federados, que não estão envolvidos na situação, utilizem o direito de secessão.
- d) O sistema de governo brasileiro classifica-se como democrático.
- e) A forma republicana de Estado é a mais antiga ainda em vigor.

Comentários

O *caput* do artigo 1º da CF/88 versa que a “República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito”, sendo possível extrair classificações muito importantes deste trecho.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

A forma de Estado diz respeito ao modo de exercício do poder político de acordo com o território de um determinado Estado. No caso do Brasil, a forma de Estado é a federação.

A forma de governo diz respeito à maneira de instituição do poder na sociedade e de que forma governantes e governados se relacionam. No caso brasileiro, a forma de governo é a República.

O regime de governo se relaciona com a participação ou não do povo na escolha dos governantes, na elaboração das normas e políticas públicas, bem como no controle da execução destas últimas. No caso do Brasil, o regime de governo é o democrático.



O sistema de governo está relacionado à forma como se relacionam os Poderes Executivo e Legislativo no exercício de suas funções governamentais. No caso brasileiro, o sistema de governo é o presidencialismo, pois há uma maior independência entre os Poderes Executivo e Legislativo.

BRASIL				
Forma de Estado	de	Forma de Governo	Regime de Governo	Sistema de Governo
Federação		República	Democrático	Presidencialismo

Para facilitar, lembre-se sempre que as “formas” estão no nome: “República Federativa do Brasil”.

As questões sobre esse tema costumam inverter essas classificações, fique ligado!

Letra A – incorreta. O presidencialismo é o sistema de governo brasileiro, e não a forma de governo como afirmado.

Quanto ao poder legislativo federal brasileiro, este realmente classifica-se como bicameral, uma vez que o Congresso Nacional se subdivide em Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Letra B – correta. A forma de governo republicana tem como base a busca do bem comum, definindo como elementos essenciais a temporariedade do mandato de seus governantes; a necessidade de transparência e prestação de contas; e a necessidade de eleições periódicas dos representantes.

Letra C – incorreta. O direito de secessão trata da possibilidade de um ente da federação exercer o direito de sair da mesma, tornando-se um novo país.

A forma federativa de Estado, adotada pelo Brasil, **não admite o direito de secessão** em virtude do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, consagrado no *caput* do artigo 1º da CF.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Isso significa que, independentemente da situação no País, os entes federativos permanecerão unidos, fato que é reforçado inclusive no artigo 60, §4º, I, da CF/88, transcrito abaixo, que elencou a forma federativa como cláusula pétreia.

Art. 60, § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;



III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

A alternativa mencionou uma das hipóteses autorizadoras da intervenção federal para tentar induzir o candidato ao erro, mas, quando se trata do direito de secessão, não há exceções à sua inadmissibilidade no ordenamento, o que torna a assertiva incorreta.

Letra D – incorreta. O sistema de governo brasileiro classifica-se como presidencialista, e não como democrático. A Democracia diz respeito ao regime de governo escolhido.

Letra E – incorreta. A assertiva possui dois erros. Inicialmente, está incorreta a classificação de que a República é uma forma de Estado, já que se trata de uma forma de governo.

O segundo erro diz respeito à afirmação de que a forma republicana é o modelo mais antigo vigente, uma vez que na verdade a forma de governo mais antiga vigente é a monarquia, que ainda pode ser encontrada em alguns países.

Gabarito: Letra B.

2. A Constituição Federal dispõe sobre os princípios fundamentais logo em seu primeiro título, abordando fundamentos, objetivos, princípios das relações internacionais e outros temas. Assinale a alternativa correta acerca dos fundamentos da República:

- a) São fundamentos da República a autonomia, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- b) A cidadania é um dos fundamentos e visa garantir a participação popular nas decisões políticas do Estado, sendo intimamente ligada à democracia.
- c) Apenas a União possui soberania na federação brasileira.
- d) A dignidade da pessoa humana é um fundamento que aponta como núcleo referencial do Estado brasileiro a propriedade e as corporações.
- e) O fundamento que versa sobre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa visa proteger o trabalho exercido, desde que contenha finalidade lucrativa.

Comentários

Letra A – incorreta. Os fundamentos da República estão dispostos nos incisos do artigo 1º da CF/88 e formam o famoso mnemônico **SO-CI-DI-VA-PLU**. São eles: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. Uma vez que a questão substituiu a soberania pela autonomia, a alternativa está incorreta.



Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

O atributo da soberania, aliás, encontra-se apenas na Constituição Federal. Se a alternativa estivesse se referindo a algum dos Estados, DF ou Municípios, o gabarito seria outro, pois os entes políticos não gozam de soberania, mas apenas de autonomia, vez que a primeira é exclusiva da República Federativa do Brasil.

Letra B – correta. A cidadania está ligada à possibilidade do exercício dos direitos políticos por parte do cidadão, estando diretamente vinculada ao ideal democrático.

Vale lembrar que a cidadania é um dos fundamentos da República, conforme disposto no artigo 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Letra C – incorreta. A União detém apenas autonomia. Cabe destacar que nenhum ente federado possui soberania, mas apenas autonomia. Vale relembrar o quadro abaixo:

SOBERANIA	AUTONOMIA
República Federativa do Brasil	União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Letra D – incorreta. A dignidade da pessoa humana é um fundamento que aponta como núcleo referencial do Estado brasileiro o ser humano, e não a propriedade, as classes, corporações ou qualquer outro referencial.

Letra E – incorreta. O artigo 1º, inciso IV, da CF/88 versa sobre o fundamento dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, sem, contudo, fazer qualquer ressalva à necessidade de o trabalho possuir finalidade lucrativa.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

(...)



IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

(...)

A necessidade da finalidade lucrativa é inexistente no texto constitucional, devendo o candidato ficar atento.

Gabarito: Letra B.

3. Tomando por fundamento a Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

- a) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a independência nacional, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- b) A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil reduzir a pobreza e a marginalização e erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- d) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) O pluralismo político é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e o poder será exercido pelo povo por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

Comentários

Letra A – incorreta. A independência nacional é um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, de acordo com o disposto no art. 4º, inciso I, da CF, e não um fundamento conforme apresenta a assertiva.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional;

Letra B – incorreta. A promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação é um objetivo (e não um fundamento) da República Federativa do Brasil, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, da CF/88.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:



(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Letra C – incorreta. Houve uma inversão dos conceitos. Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil tratados no item são erradicar (e não reduzir) a pobreza e a marginalização e reduzir (e não erradicar) as desigualdades sociais e regionais, conforme art. 3º, inciso III, da CF/88.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Letra D – incorreta. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos (e não objetivos) da República Federativa do Brasil, conforme disposto no art. 1º, inciso IV, da CF/88.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

(...)

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

(...)

Letra E – correta. A assertiva está de acordo com o inciso V e com o parágrafo único do art. 1º da CF/88.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos

(...)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Gabarito: E

4. Não constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988:



- a) reduzir a pobreza e a marginalização.
- b) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) garantir o desenvolvimento nacional.
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- e) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Comentários

Letra A – correta. Quanto à pobreza e à marginalização, o objetivo da República Federativa do Brasil é a sua erradicação (eliminação, extirpação), não somente a redução. Por isto que a assertiva não constitui um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil. Não se deve confundir pobreza com desigualdade, esta última, sim, cujo objetivo é a redução:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

*III - **erradicar** a pobreza e a marginalização e **reduzir** as desigualdades sociais e regionais;*

(...)

Letra B – incorreta. De acordo com o art. 3º, inciso I, da CF, a assertiva expõe um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

Letra C – incorreta. De acordo com o art. 3º, inciso II, da CF, a assertiva expõe um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

II - garantir o desenvolvimento nacional;



(...)

Letra D – incorreta. De acordo com o art. 3º, inciso IV, da CF, a assertiva expõe um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Letra E – incorreta. De acordo com o art. 3º, inciso III, segunda parte, da CF, a assertiva expõe um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

(...)

*III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais;***

(...)

Gabarito: Letra A.

5. Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, assinale a alternativa incorreta.

- a) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- b) A Constituição Federal de 1988 estabelece que, nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da soberania e da igualdade entre os Estados.
- c) A autodeterminação dos povos, a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade devem ser princípios observados pelo Brasil nas suas relações internacionais.
- d) A Constituição Federal de 1988 estabelece como princípios da República Federativa do Brasil, no que tange às relações internacionais, a não-intervenção, a solução pacífica de conflitos e a defesa da paz.
- e) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios do repúdio ao terrorismo e ao racismo e da concessão de asilo político.



Comentários

Letra A – correta. A assertiva está em conformidade com a literalidade do parágrafo único do art. 4º, da CF.

Art. 4º, parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Letra B – incorreta. A soberania não é um princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, mas sim um fundamento previsto no inciso I do art. 1º da CF.

*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:*

I - a soberania;

(...)

Letra C – correta. A assertiva está em conformidade com a literalidade dos incisos II, III e IX do art. 4º, da CF.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

(...)

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

(...)

Letra D – correta. A assertiva está em conformidade com a literalidade dos incisos IV, VI e VII do art. 4º, da CF.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)



IV – não-intervenção;

(...)

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

(...)

Letra E – correta. A assertiva está em conformidade com a literalidade dos incisos VIII e X do art. 4º, da CF.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

(...)

X - concessão de asilo político.

Gabarito: Letra B.

...

Forte abraço!

Túlio Lages



You Tube

[Face: www.facebook.com/proftuliolages](https://www.facebook.com/proftuliolages)



Insta: www.instagram.com/proftuliolages

YouTube: youtube.com/proftuliolages



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



SIMULADO

Introdução	1
Questões Inéditas	1
Gabarito/Questões Comentadas.....	4
Referências Bibliográficas	8

INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Poder Constituinte

Pronto para testar seu conhecimento?!

QUESTÕES INÉDITAS

1) Sobre o poder constituinte originário, assinale a alternativa incorreta:

- a) O poder constituinte originário é permanente, pois não se esgota após a edição da Constituição, mantendo-se em estado de espera até que seja novamente chamado para uma nova constituinte.
- b) O poder constituinte originário é político, uma vez que tem característica pré-constitucional e serve como fundamento de validade que irá embasar o novo ordenamento jurídico.
- c) O poder constituinte originário é inicial, já que dá início a uma nova ordem jurídica e desfaz a anterior.
- d) O poder constituinte originário é autônomo, pois tem liberdade para definir os assuntos que serão tratados na Constituição.
- e) O poder constituinte originário, embora ilimitado, deve resguardar os direitos adquiridos.

Comentários:

Letra A – correta. O poder constituinte originário pode se manifestar a qualquer tempo, não se esgotando com a elaboração da nova Constituição, podendo sempre ser invocado



Letra B – correta. O poder constituinte originário é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, justamente porque cria o ordenamento jurídico do Estado.

Letra C – correta. O poder constituinte originário dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Letra D – correta. O poder constituinte tem autonomia, liberdade para definir o conteúdo da nova Constituição.

Letra E – incorreta. De fato, o poder constituinte originário é ilimitado, porque não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Porém, justamente em razão disso é que não há a possibilidade de se invocar direito adquirido contra normas constitucionais originárias, daí o erro da assertiva.

GABARITO: Letra E.

2) Considerando o estudo do poder constituinte e suas implicações no ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) O poder de reforma apresenta limitações materiais explícitas, mas não implícitas.
- b) As limitações formais ao poder de reforma são aquelas que restringem o poder reformador quanto ao conteúdo.
- c) A titularidade do poder constituinte originário não se confunde com o exercício do poder, uma vez que a Assembleia Nacional Constituinte o exerce em nome do povo, que é seu titular.
- d) O poder constituinte decorrente dos Municípios traduz-se na sua prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas.
- e) Dentre as limitações temporais do poder de reforma da CF/88, temos o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

Comentários:

Letra A – incorreta. As limitações materiais ao poder de reforma são aquelas que restringem esse poder quanto ao conteúdo, sendo subdivididas em explícitas e implícitas.

- a.1) Explícitas: são as expressamente previstas nos incisos I a IV do § 4º do art. 60, que estabelece o rol de matérias em que a PEC não poderá tender a abolir, não podendo sequer ser objeto de deliberação. Essas são as famosas cláusulas pétreas expressas.



a.2) Implícitas: são aquelas apontadas pela doutrina, embora não estejam previstas de forma expressa na CF. São elas: 1) titularidade do Poder Constituinte Originário (o povo); 2) titularidade do Poder Constituinte Derivado (o exercício do poder constituinte derivado reformador cabe ao Congresso Nacional – CF, art. 60, § 2º –, e o do poder constituinte derivado decorrente, às Assembleias Legislativas – ADCT, art. 2º); e 3) procedimento de reforma constitucional previsto na CF (tanto o de revisão constitucional previsto no ADCT, art. 3º, quanto o procedimento de emenda constitucional previsto no art. 60) – ou seja, não é possível alterar as limitações expressas, é dizer, realizar a dupla revisão da Constituição.

Letra B – incorreta. As limitações materiais ao poder de reforma é que restringem o poder reformador quanto ao conteúdo. As limitações formais ao poder de reforma, com o efeito, são as que restringem o processo legislativo de aprovação da PEC, dizem respeito ao aspecto processual, portanto.

Letra C – correta. De fato, a titularidade do poder constituinte originário pertence ao povo, cabendo o exercício de tal poder à Assembleia Nacional Constituinte.

Letra D – incorreta. Os Municípios não são dotados de poder constituinte derivado decorrente.

Embora os Municípios tenham a prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas como se fossem verdadeiras “Constituições Municipais”, o entendimento é que poder constituinte decorrente deve ser de segundo grau, ou seja, derivar diretamente da Constituição Federal.

Nesse sentido, como as leis orgânicas municipais se subordinam não somente à CF, mas também às Constituições estaduais, trata-se de um poder de terceiro grau.

Letra E – incorreta. Essas são limitações circunstanciais, que impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado.

Não há previsão de limitações temporais para a reforma da CF/88, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

GABARITO: Letra C.



GABARITO

1. E

2. C

QUESTÕES COMENTADAS

1) Sobre o poder constituinte originário, assinale a alternativa incorreta:

- a) O poder constituinte originário é permanente, pois não se esgota após a edição da Constituição, mantendo-se em estado de espera até que seja novamente chamado para uma nova constituinte.
- b) O poder constituinte originário é político, uma vez que tem característica pré-constitucional e serve como fundamento de validade que irá embasar o novo ordenamento jurídico.
- c) O poder constituinte originário é inicial, já que dá início a uma nova ordem jurídica e desfaz a anterior.
- d) O poder constituinte originário é autônomo, pois tem liberdade para definir os assuntos que serão tratados na Constituição.
- e) O poder constituinte originário, embora ilimitado, deve resguardar os direitos adquiridos.

Comentários:

Letra A – correta. O poder constituinte originário pode se manifestar a qualquer tempo, não se esgotando com a elaboração da nova Constituição, podendo sempre ser invocado

Letra B – correta. O poder constituinte originário é um poder de fato, e não um poder de direito, sendo extrajurídico, anterior ao direito, justamente porque cria o ordenamento jurídico do Estado.

Letra C – correta. O poder constituinte originário dá início a uma nova ordem jurídica, rompendo com a anterior, criando e inaugurando um novo Estado.

Letra D – correta. O poder constituinte tem autonomia, liberdade para definir o conteúdo da nova Constituição.

Letra E – incorreta. De fato, o poder constituinte originário é ilimitado, porque não se submete a limites determinados pelo direito anterior. Porém, justamente em razão disso é que não há a possibilidade de se invocar direito adquirido contra normas constitucionais originárias, daí o erro da assertiva.



GABARITO: Letra E.

2) Considerando o estudo do poder constituinte e suas implicações no ordenamento jurídico, assinale a alternativa correta:

- a) O poder de reforma apresenta limitações materiais explícitas, mas não implícitas.
- b) As limitações formais ao poder de reforma são aquelas que restringem o poder reformador quanto ao conteúdo.
- c) A titularidade do poder constituinte originário não se confunde com o exercício do poder, uma vez que a Assembleia Nacional Constituinte o exerce em nome do povo, que é seu titular.
- d) O poder constituinte decorrente dos Municípios traduz-se na sua prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas.
- e) Dentre as limitações temporais do poder de reforma da CF/88, temos o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal.

Comentários:

Letra A – incorreta. As limitações materiais ao poder de reforma são aquelas que restringem esse poder quanto ao conteúdo, sendo subdivididas em explícitas e implícitas.

a.1) Explícitas: são as expressamente previstas nos incisos I a IV do § 4º do art. 60, que estabelece o rol de matérias em que a PEC não poderá tender a abolir, não podendo sequer ser objeto de deliberação. Essas são as famosas cláusulas pétreas expressas.

a.2) Implícitas: são aquelas apontadas pela doutrina, embora não estejam previstas de forma expressa na CF. São elas: 1) titularidade do Poder Constituinte Originário (o povo); 2) titularidade do Poder Constituinte Derivado (o exercício do poder constituinte derivado reformador cabe ao Congresso Nacional – CF, art. 60, § 2º –, e o do poder constituinte derivado decorrente, às Assembleias Legislativas – ADCT, art. 2º); e 3) procedimento de reforma constitucional previsto na CF (tanto o de revisão constitucional previsto no ADCT, art. 3º, quanto o procedimento de emenda constitucional previsto no art. 60) – ou seja, não é possível alterar as limitações expressas, é dizer, realizar a dupla revisão da Constituição.

Letra B – incorreta. As limitações materiais ao poder de reforma é que restringem o poder reformador quanto ao conteúdo. As limitações formais ao poder de reforma, com o efeito, são as que restringem o processo legislativo de aprovação da PEC, dizem respeito ao aspecto processual, portanto.



Letra C – correta. De fato, a titularidade do poder constituinte originário pertence ao povo, cabendo o exercício de tal poder à Assembleia Nacional Constituinte.

Letra D – incorreta. Os Municípios não são dotados de poder constituinte derivado decorrente.

Embora os Municípios tenham a prerrogativa de elaborar suas leis orgânicas como se fossem verdadeiras “Constituições Municipais”, o entendimento é que poder constituinte decorrente deve ser de segundo grau, ou seja, derivar diretamente da Constituição Federal.

Nesse sentido, como as leis orgânicas municipais se subordinam não somente à CF, mas também às Constituições estaduais, trata-se de um poder de terceiro grau.

Letra E – incorreta. Essas são limitações circunstanciais, que impedem que a Constituição seja reformada em situação de instabilidade política do Estado.

Não há previsão de limitações temporais para a reforma da CF/88, que consiste em fixar-se um prazo durante o qual fica vedada a alteração da Constituição.

GABARITO: Letra C.

...

Forte abraço!

Túlio Lages



Face: www.facebook.com/proftuliolages



[Insta: www.instagram.com/proftuliolages](https://www.instagram.com/proftuliolages)

[YouTube: youtube.com/proftuliolages](https://youtube.com/proftuliolages)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.